



A Amazônia e a defesa dos interesses nacionais

Por João Carlos Sanches*

Nos últimos dias a mídia tradicional e as mídias virtuais estão destacando, com muita intensidade, as questões ligadas à destruição da Amazônia Brasileira (queimadas, desmatamento e grilagem) e de suas populações tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos). As manchetes vão de aspectos econômicos: “Em petição, mais de 370 mil alemães pedem boicote de supermercados a produtos brasileiros se ‘PL da Grilagem’ for aprovada” ou “Mourão diz que críticas internacionais ao desmatamento são ‘disputa geopolítica’ do agronegócio” a aspectos étnicos e de saúde: “Por que Bolsonaro está sendo acusado de colocar indígenas em risco em meio à pandemia de covid-19” ou “Febre do ouro aproxima covid-19 de territórios indígenas e reabre feridas”. Verifica-se, em tese, o interesse de grupos e entidades de defender e preservar a Amazônia, sua biodiversidade e sua integridade e a defesa das populações indígenas mais vulneráveis às doenças e as transformações do mundo moderno. Mas, de onde partem os ataques ao desmatamento, por exemplo? Muitas das vezes de países que desmataram, devastaram, seus próprios territórios. De onde partem ataques ao uso do fogo na Amazônia (queimadas)? De países que usam o carvão como fonte geradora de energia. As entidades que se apresentam como defensoras dos indígenas brasileiros o que realmente fazem? Quais os interesses acobertados pela bandeira dos “direitos indígenas”? Acusar o Brasil de poluição (queimadas) e destruição da natureza (desmatamento) virou moda ou forma de defender os interesses desses países e de suas economias? O Brasil é uma potência no agronegócio – potência com sinais claros de crescimento. Isso afeta os interesses de produtores rurais de muitos países – em especial da área de União Europeia. Então vamos desestabilizar o Brasil para impedir que ele cresça e afete o nosso modo de produção. O acordo UE-MERCOSUL é considerado, por especialistas, como um forte concorrente aos produtores (agricultores e pecuaristas) da Europa. Os produtores rurais europeus, em especial os franceses, segundo esses especialistas, não têm condições de competir com a produtividade e os custos de produção no Brasil. Por outro lado, o destaque para a questão indígena. Aproximadamente 12 a 13% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, principalmente na Amazônia e na Faixa de Fronteira. Um exemplo é Terra Indígena Yanomami homologada em 1992 com mais de nove milhões de hectares de área contínua (Fig. 1).

Os mesmos povos que habitam a TI em território brasileiro também habitam a parte venezuelana. Em um momento de

crise social naquele país essa extensa Faixa de Fronteira é uma vulnerabilidade em termos de acesso ao Brasil, por parte de migrantes.

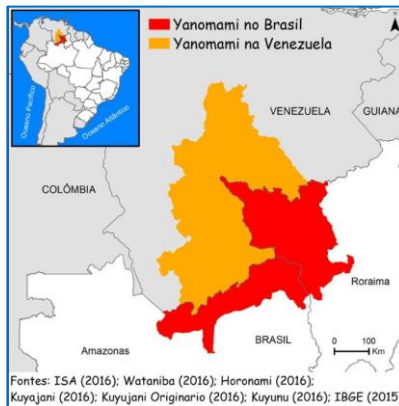


Figura 1

Também existe um aspecto ligado a legislações criadas por organismos internacionais. Neste caso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. Esses documentos falam, por exemplo, em autogestão e autodeterminação dos povos indígenas. No caso Yanomami como fica a soberania, a defesa e a integridade do território brasileiro se toda a área da Terra Indígena pode ter autogestão, autodefesa e autodeterminação?

As questões envolvendo a defesa da Amazônia e dos povos tradicionais está ligada a aspectos geopolíticos, econômicos, e não, apenas de proteção a natureza e aos indígenas.

O caso Yanomami não é único, um grande número de terras indígenas estão sobre a Faixa de Fronteira e apresentam a presença das mesmas etnias dos dois lados da linha divisória internacional. (Fig. 2.)

Um esforço muito grande está sendo realizado pelos Ministérios da Saúde e da Defesa, pela Fundação Nacional do Índio – Funai – pela Secretaria Nacional de Saúde Indígena – Sesai – e pelas Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) com vistas a atender as populações indígenas seja em áreas urbanas, seja nos locais mais remotos. Todo esse esforço é muito pouco divulgado e, em contrapartida, são divulgados, com ênfase, a contaminação de indígenas, as mortes, e uma, suposta, falta de ação governamental. Criticam o Governo do Brasil por não permitir que os índios

façam os rituais funerários de seus mortos por Covid-19, o Governo está seguindo protocolos internacionais de prevenção do contágio. Mas também criticam o Governo por distribuir aos indígenas medicamentos não reconhecidos por protocolos internacionais para a Covid-19 (cloroquina, azitromicina, ivermectina, hidroxicloroquina), mas largamente utilizados para outras doenças. Afinal é o não para seguir os protocolos internacionais?

As questões envolvendo a defesa da Amazônia e dos povos tradicionais está ligada a aspectos geopolíticos, econômicos, e não, apenas de proteção a natureza e aos indígenas. As questões da produção agrícola europeia, a exploração de minérios, a descoberta e exploração de novas plantas e novas essências (medicamentos e cosméticos), a exploração da biodiversidade. A defesa da Amazônia é a defesa da sobrevivência do agronegócio e da integridade territorial do Brasil.

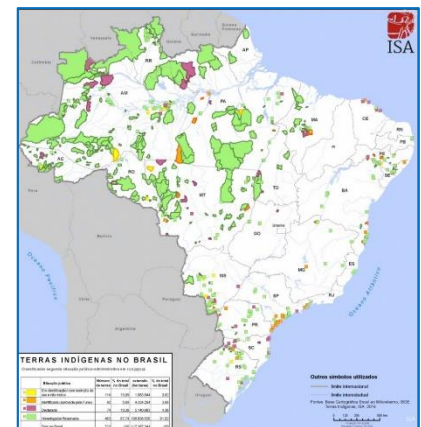


Figura 2

Nota do autor: Análise pessoal com base em dados disponíveis em fontes abertas.

* João Carlos Sanches
joaocarlos.sanches@gmail.com
Analista associado ao NEEDS/UFSCar
(Mar/2019)

